

Angola

Novos Desafios

Mafalda Oliveira Monteiro

Como é do conhecimento geral, sendo um país extremamente dependente do preço do barril do petróleo, em decréscimo estrutural no mercado internacional, Angola enfrenta hoje o grande desafio da necessidade de diversificar e relançar uma economia em contração, com uma taxa de inflação elevada, uma moeda nacional sobrevalorizada e uma redução relevante das suas Reservas Internacionais Líquidas (RIL).

Um primeiro passo foi dado com a aprovação de um Plano Intercalar, através do Decreto Presidencial n.º 258/17, de 27 de Outubro, o qual veio prever um conjunto de medidas de curto prazo com vista a alcançar a estabilidade macro-económica, impulsionar a economia e mitigar os problemas sociais mais prementes.

De entre as medidas a adoptar tendentes a um maior controlo e eficiência da despesa pública, salienta-se a intenção de concentração do investimento público nos projetos estruturantes provedores de bens públicos e promotores da economia, a par da intenção de explorar parcerias público-privadas nos investimentos em infra-estruturas e na oferta de bens públicos e semi-públicos, assim como a implementação do Programa de Redimensionamento e Reestruturação do Sector Empresarial Público, incluindo a reestruturação da Sonangol. Neste quadro, manifesta-se também o intuito de implementar mecanismos de repasse de financiamento externos para o sector privado da economia e a criação de linhas de crédito destinadas à aquisição de equipamentos e insumos agrícolas e ao apoio a empresas exportadoras, assim como a revisão da estratégia de apoio institucional e benefícios fiscais. Com vista à sustentabilidade da dívida e do respectivo serviço de dívida, destaca-se a intenção de negociar o reescalonamento da dívida com os principais parceiros bilaterais.

Em sede de política monetária e cambial, foi reconhecida, entre outros, a necessidade de adopção de medidas e ações combinadas que propiciem a desinflação e a eliminação da sobrevalorização da moeda nacional, bem como de adopção de um regime cambial de flutuação administrada dentro de uma banda compatível com a meta de inflação e o nível das RIL que assegure, pelo menos oito meses de importação. Foi também anunciada a intenção de adopção de um modelo transitório que inclua leilões livres para bens essenciais e operações privadas (viagens, assistência familiar, ensino e saúde). Por outro lado, deverá ser imposto que os pagamentos de importações apenas se realizem através de cartas de crédito. Foi igualmente expressa a intenção de proibir transferências para paraísos fiscais. Subsequentemente, foi emitida uma Circular pelo BNA no sentido de regular, enquanto não for reposto o sistema de leilões, a venda de divisas para estes fins e conferir maior transparência ao processo e previsibilidade aos bancos. Mais recentemente foi também comunicada pelo Presidente da República a intenção de adoptar medidas com vista ao repatriamento de fundos depositados no exterior por entidades residentes, incluindo a aplicação de sanções após um período de graça.

Em particular no que se refere ao sector financeiro, foram anunciadas uma série de medidas com vista ao seu fortalecimento, de entre as quais se destaca o aumento do requisito mínimo de capital próprio dos bancos comerciais com vista a assegurar uma adequada solvabilidade e liquidez e promover a consolidação da banca, bem como a intenção de avaliar e realizar testes de stress para avaliação das vulnerabilidades do sector. Deverá também ser revista a ponderação do rácio de reserva obrigatórias e ponderação das taxas de juro de referência em função, entre outros, da percentagem do crédito orientada à atividade produtiva, bem como as reservas dos bancos comerciais em moeda estrangeira e a posição cambial dos mesmos em relação aos fundos próprios regulamentares. Será também promovido o mercado de capitais por via da privatização em bolsa de empresas de referência e a promoção do mercado de obrigações corporativas. São de destacar, ainda, a intenção de reforçar o quadro prudencial e o quadro legal de prevenção do branqueamento de capitais e combate do financiamento ao terrorismo (AML/CFT) e de atualizar e reforçar os mecanismos de supervisão.

Por fim, salienta-se a intenção de adopção de medidas com vista à promoção e simplificação do investimento estrangeiro com prioridade para a agricultura, agro-indústria, pescas, indústrias transformadoras e mineira, sobretudo em produtos onde o país possa criar vantagens comparativas para o aumento das suas exportações.

Estas medidas deverão vir a ser complementadas por medidas financeiras e estruturais de médio e longo prazo.

Espera-se que estas medidas tenham um impacto positivo na estabilização da economia angolana a curto prazo e que contribuam para a atração do investimento estrangeiro e para uma maior confiança dos financiadores externos, essenciais para os desafios que Angola enfrenta.